



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Comissão Permanente



**PARECER**

**Projeto de Lei 9/XVI/1.<sup>a</sup>**

**REDUZ O NÚMERO DE CÍRCULOS ELEITORAIS E CRIA UM CÍRCULO NACIONAL DE  
COMPENSAÇÃO NO ÂMBITO DAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, POR  
FORMA A ASSEGURAR UMA MAIOR CONVERSÃO DOS VOTOS EM MANDATOS E EVITAR A  
EXISTÊNCIA DE “VOTOS DESPERDIÇADOS”, ALTERANDO A LEI ELEITORAL PARA A  
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**CAPÍTULO I**

**Introdução**

Por solicitação do Gabinete de sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, reuniu a Comissão Permanente, aos 7 dias do mês de maio do corrente ano, pelas 9 horas, a fim de analisar e emitir parecer relativo ao projeto de Lei em epígrafe, no âmbito da audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e no artigo 6.º da Lei n.º 40/96, de 31 de agosto, na sua atual redação.

**CAPÍTULO II**

**Enquadramento legal e antecedentes**

A apreciação do presente Projeto de Lei enquadra-se no disposto do n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa, bem como nos artigos 89.º e 90.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Lei n.º 13/91, de 5 de junho, revisto e alterado pelas Leis n.ºs 130/99, de 21 de agosto e 12/2000, de 21 de junho e ainda o previsto na alínea c) do artigo 50.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Madeira.

**CAPÍTULO III**

**Apreciação da iniciativa**

A presente iniciativa, apresentada pelo Pessoas-Animais-Natureza, na Assembleia da República, intitulada **“Reduz o número de círculos eleitorais e cria um círculo nacional de compensação no**



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Comissão Permanente

f.

**âmbito das eleições para a Assembleia da República, por forma a assegurar uma maior conversão dos votos em mandatos e evitar a existência de “votos desperdiçados”, alterando a lei eleitoral para a Assembleia da República”, tem por objeto alterar a lei eleitoral à Assembleia da República.**

No caso concreto pretende alterar os artigos 12.º, 13.º e 16.º, prevendo a alteração dos Círculos Eleitorais, reduzidos para 10, bem como a previsão de um círculo eleitoral de emigração que abrange todo o território de países estrangeiros e de um círculo nacional de compensação, correspondendo, a cada um destes dois círculos, quatro deputados, passando para 222 o número total de deputados pelos círculos eleitorais do território nacional, distribuídos proporcionalmente ao número de eleitores de cada círculo.

A motivação para a apresentação desta iniciativa é, segundo o autor, no sentido de que “...*haveria uma subida clara dos votos válidos convertidos em mandatos, transmitindo aos eleitores a mensagem de que o seu voto tem valor e consequentemente reforçando-se a democracia, uma composição parlamentar que garante uma discriminação positiva das regiões mais despovoadas do país e uma representação política mais plural.*”.

Feita a exposição genérica da iniciativa apresentada, cumpre analisarmos o mérito da mesma.

A proposta apresentada pelo Pessoas-Animais-Natureza, pretende a existência de uma garantia no sistema eleitoral português que seja o reflexo de uma representação proporcionalmente justa. Ora, independentemente do mérito da dita proposta, é essencial que da mesma não resulte uma redução do número de deputados eleitos pelos círculos das Regiões Autónomas, sob pena de se dificultar, ainda mais, a capacidade de madeirenses e açorianos estarem representados no principal órgão legislativo nacional.

Na verdade, a criação de, nomeadamente, um círculo de compensação, fundada no propósito do reforço da proximidade entre eleitos e eleitores, não pode redundar na diminuição da representatividade das Regiões Autónomas, já geograficamente afastadas dos centros de decisão nacional. Se assim fosse, à conta da revisão da lei eleitoral, estaríamos a contribuir para um reforço do centralismo político, o que poderia implicar o perigo de uma acentuada marginalização política das Regiões Autónomas, comprometendo a sua participação equitativa e efetiva no panorama político nacional.



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Comissão Permanente**

Por outro lado, entende esta Comissão que, como salvaguarda da representatividade dos eleitores das Regiões Autónomas na Assembleia República deverá uma futura revisão da lei assegurar uma representação mínima às regiões insulares. Nesse sentido, deverão os círculos eleitorais da Madeira e dos Açores garantir a eleição mínima de seis deputados a cada Região, enquanto critério quantitativo fixo e não sujeito ao cálculo do seu número de eleitores.

A legitimidade e a credibilidade da revisão da lei eleitoral eleitorais dependem da sua justificação fundamentada em critérios objetivos, como a promoção da representatividade, a salvaguarda dos direitos eleitorais e a garantia da igualdade de oportunidades para todas as forças políticas. Assim, a promoção de reformas eleitorais como fatos feitos à medida dos partidos que as apresentam, comprometem a integridade do sistema eleitoral e minam a confiança dos cidadãos no processo democrático.

Assim sendo, entende esta Comissão, como aliás já o tinha transmitido a propósito do Projeto de Lei 940/XV/2, que a futura legislatura da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, deverá participar e acompanhar de forma atenta a revisão da lei eleitoral à Assembleia da República, como garantia do aprofundamento da autonomia político-administrativa das regiões autónomas, bem como do alargamento da participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico e social e a promoção e a defesa dos interesses regionais.

Nesse sentido, somos de parecer que o objeto desta iniciativa deve suscitar uma discussão concertada de todos os partidos políticos, esperando que esta proposta possa desencadear esse processo no qual esta Assembleia terá, necessariamente, de participar e acompanhar.

Este parecer foi aprovado por a favor do PSD, PS, JPP, CDS e PAN e a abstenção do PCP e do BE.

Funchal, 7 de maio de 2024.

O Presidente da Comissão,



José Manuel de Sousa Rodrigues